

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.376 SERGIPE

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S)	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S)	: OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Petição/STF nº 46.013/2015

DECISÃO

PROCESSO	OBJETIVO	-
INTERVENÇÃO	DE TERCEIRO	-
ADMISSIBILIDADE.		

1. O assessor Dr. Marcelo Novelino Camargo prestou as seguintes informações:

O Banco Central do Brasil postula a admissão, na qualidade de terceiro, no processo em referência, no qual se pretende a declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 264, de 26 de agosto de 2015, do Estado de Sergipe, que dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais e extrajudiciais.

Aponta a própria representatividade, por se tratar de autarquia reguladora e supervisora do Sistema Financeiro Nacional, incumbida de manter a estabilidade macroeconômica e a solidez das instituições financeiras.

ADI 5376 / SE

2. A matéria de fundo da ação direta de inconstitucionalidade versa questão atinente ao Sistema Financeiro Nacional, diretamente relacionada às funções institucionais do postulante. Considerada a relevância do tema e a adequada representatividade do Banco Central do Brasil, surge a conveniência de ouvi-lo.

3. Admito-o no processo, vindo a recebê-lo no estágio em que se encontra.

4. Publiquem.

Brasília, 7 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator